



AGENOR BRIGHENTI

A LAUDATO SI' NO PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA

Da ecologia ambiental
à ecologia integral



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brighenti, Agenor

A Laudato Si' no pensamento social da Igreja : da ecologia ambiental à ecologia integral / Agenor Brighenti. -- São Paulo : Paulinas, 2018. -- (Coleção ecos de Francisco)

Bibliografia.

ISBN 978-85-356-4399-2

1. Ecologia - Aspectos sociais 2. Ecologia humana - Aspectos religiosos - Igreja Católica - Documentos papais 3. Francisco, Papa, 1936 - 4. Teologia social I. Título II. Série.

18-14370

CDD-261.836

Índice para catálogo sistemático:

1. Ecologia : Teologia social 261.836

1ª edição – 2018

Direção-geral: *Flávia Reginatto*

Editores responsáveis: *Vera Ivanise Bombonato e João Décio Passos*

Copidesque: *Mônica Elaine G. S. da Costa*

Coordenação de revisão: *Marina Mendonça*

Revisão: *Sandra Sinzato*

Gerente de produção: *Felício Calegato Neto*

Projeto gráfico: *Manuel Rebelato Miramontes*

Capa e diagramação: *Tiago Filu*

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Dona Inácia Uchoa, 62
04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3500

<http://www.paulinas.com.br> – editora@paulinas.com.br
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2018

Sumário

Tabela de siglas	7
Introdução	9
O texto e o conteúdo da Encíclica	9
<i>A Laudato Si'</i> no Pensamento Social da Igreja	11
A estrutura deste livro	15
<i>Laudato si'</i> e magistério social da Igreja.....	17
1. Ecologia, fé cristã e compromisso social	18
2. <i>A Laudato Si'</i> no itinerário do magistério social pontifício ...	24
A ecologia no Pensamento Social da Igreja. Da <i>Rerum Novarum</i> à <i>Laudato Si'</i>	35
1. Ecologia “criacional”	36
2. Ecologia ambiental	38
3. Ecologia humana	40
4. Ecologia integral.....	42
A ecologia como nova chave de leitura do magistério social da Igreja	47
1ª Chave de leitura: a Igreja diante do liberalismo, do socialismo e dos totalitarismos.....	48
2ª Chave de leitura: o subdesenvolvimento do hemisfério Sul como subproduto do desenvolvimento do hemisfério Norte.....	51

3ª Chave de leitura: o desafio do pluralismo dos sistemas socioeconômicos e a presença dos cristãos na vida pública	55
4ª Chave de leitura: globalização e inclusão social	58
5ª Uma nova chave de leitura: a ecologia.....	63
Chaves de leitura da <i>Laudato Si'</i>	67
1ª Chave de leitura: escutar o grito da terra, grito dos pobres (ver).....	69
2ª Chave de leitura: superar o antropocentrismo e a tecnocracia (julgar).....	73
3ª Chave de leitura: unir-se para promover uma ecologia integral (agir).....	77
4ª Chave de leitura: a necessidade de uma conversão ecológica (celebrar).....	79
Resumo sintético da encíclica	83
Capítulo I – O que está acontecendo com a nossa casa	85
Capítulo II – O Evangelho da criação.....	94
Capítulo III – A raiz humana da crise ecológica	102
Capítulo IV – Uma ecologia integral.....	109
Capítulo V – Algumas linhas de orientação e ação.....	114
Capítulo VI – Educação e espiritualidade ecológicas	122
Considerações finais	133
Referências bibliográficas.....	137

Tabela de siglas

<i>CA</i>	<i>Centesimus Annus</i>
<i>CV</i>	<i>Caritas in Veritate</i>
<i>DAP</i>	<i>Documento de Aparecida</i>
<i>EG</i>	<i>Evangelii Gaudium</i>
<i>EN</i>	<i>Evangelii Nuntiandi</i>
<i>GS</i>	<i>Gaudium et Spes</i>
<i>JOC</i>	<i>Juventude Operária Católica</i>
<i>LE</i>	<i>Laborem Exercens</i>
<i>LG</i>	<i>Lumen Gentium</i>
<i>LS</i>	<i>Laudato Si'</i>
<i>Med</i>	<i>Documento de Medellín</i>
<i>MM</i>	<i>Mater et Magistra</i>
<i>OA</i>	<i>Octogésima Adveniens</i>
<i>PP</i>	<i>Populorum Progressio</i>
<i>PT</i>	<i>Pacem in Terris</i>
<i>QA</i>	<i>Quadragesimo Anno</i>
<i>RN</i>	<i>Rerum Novarum</i>
<i>SRS</i>	<i>Sollicitudo Rei Socialis</i>

Introdução

A preocupação com a ecologia nunca foi uma questão ausente no magistério social da Igreja. Entretanto, a *Laudato Si'*, publicada pelo Papa Francisco em 2015, é a primeira encíclica a tratar exclusivamente da questão, grave nos dias hoje. De certa maneira, essa ênfase dada pelo Papa vem compensando o atraso em relação a respostas mais contundentes de outras instituições e iniciativas, já de longa data. Mas, felizmente, poucos documentos nesta área são tão profundos, completos e proféticos como a *Laudato Si'*, tanto que tem tido grande repercussão e também provocado reação, sobretudo no mundo da economia e da tecnocracia, dos que teimam em não reconhecer os limites dos recursos do planeta e que a nossa “casa comum” está depredada.

O texto e o conteúdo da Encíclica

O nome da Encíclica foi inspirado no Cântico de São Francisco de Assis – “*Louvado sejas, meu Senhor*” –, que recorda que a terra, a nossa casa comum, “se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” (LS 1). Segundo as Escrituras, não estamos simplesmente “na” terra, “nós mesmos somos terra. O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (LS 2). O subtítulo da Encíclica dá o teor da abordagem da questão ecológica na atualidade – “o cuidado da casa comum”.

O texto está estruturado em seis capítulos, compostos de 246 parágrafos, seguidos de duas orações escritas pelo

próprio Papa. O número 15 da Encíclica apresenta o conteúdo de cada capítulo:

- Capítulo 1: faz uma análise da situação da ecologia, recolhendo os dados disponíveis em pesquisas e estudos científicos;
- Capítulo 2: caracteriza a vocação do ser humano em relação ao Criador e à obra da Criação, em especial a partir dos relatos da Criação no livro do Gênesis, apontando para o antropocentrismo moderno como a raiz do pecado da agressão à natureza;
- Capítulo 3: mostra como a tecnocracia sequestrou a ciência e a técnica, em função de um economicismo desconectado tanto do ser humano quanto da natureza, que contribui para o consumismo e a cultura do descartê, sem levar em conta os limites dos recursos naturais;
- Capítulo 4: constitui o coração da Encíclica, apresentando a proposta de uma “ecologia integral”, que inclua as dimensões humanas e sociais”, intrinsecamente ligadas com a questão ambiental;
- Capítulo 5: apresenta linhas de ação, em especial, buscando um consenso através do diálogo honesto em todos os níveis da vida social, econômica e política, que redunde em processos de decisão em torno de iniciativas concretas, capazes de salvar o planeta;
- Capítulo 6: mostra que, para uma “conversão ecológica”, faz-se necessária uma “espiritualidade ecológica”, que deve impregnar a cultura e, especialmente, processos de educação para o cuidado da “casa comum”.

O texto está pensado e apresentado em torno de alguns eixos temáticos, que perpassam todos os capítulos. Entre outros, se destacam:

- o valor intrínseco de cada criatura, que não necessariamente está a serviço do ser humano, embora este tenha um lugar proeminente na obra da Criação;
- como tudo está interligado, o grito da terra está estreitamente unido ao grito dos pobres, pois são estes as primeiras vítimas de um planeta enfermo;
- a crítica ao antropocentrismo moderno, fruto da tecnocracia, que sequestrou a ciência e a tecnologia, em função de um economicismo, que coisifica o ser humano e depreda a natureza;
- a urgente necessidade de promover uma ecologia integral, que englobe, além da ecologia ambiental, a ecologia humana, econômica, social, política, cultural, da vida cotidiana;
- um novo estilo de vida, baseado numa vida austera, como meio de um convívio respeitoso dos limites da natureza e coerente com a vocação do ser humano;
- a necessidade, além de urgentes ações locais pelos Estados nacionais, de uma governança mundial da crise ecológica, fruto de um consenso entre instituições e pessoas de boa vontade.

A Laudato Si' no Pensamento Social da Igreja

A *Laudato Si'* é uma Encíclica do magistério pontifício, que se insere no Pensamento Social da Igreja, nascido como um “corpo de doutrina sistemático”, com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, pelo Papa Leão XIII, em 1891. Entretanto, o compromisso dos cristãos com o mundo, a justiça social, os pobres ou a ecologia, não começa com o Pensamento Social da Igreja. É um dever dos cristãos que se funda na revelação bíblica e historicamente explicitado pela patrística, a escolástica

medieval, a teologia moderna, o Concílio Vaticano II e vários documentos da Igreja, tanto em âmbito universal como local. Com a *Rerum Novarum*, entretanto, o compromisso dos cristãos com o mundo passou a ter um caráter mais vinculante e explícito com a fé cristã, até porque se tomou maior consciência da responsabilidade da Igreja com a edificação de uma sociedade justa e solidária. E documentos deste gênero se multiplicaram, seja no âmbito do magistério pontifício, seja em Conferências de Bispos em âmbito continental e nacional.

O Pensamento Social da Igreja não é uma “doutrina imutável”. A *Gaudium et Spes* diz que a Igreja não tem todas as respostas aos problemas do mundo de hoje (GS 13). Daí o caráter dialógico dos documentos, também frisado pela *Laudato Si'*, pois reconhece o Papa a falta de consenso, na atualidade, ante as causas de crise ecológica. A Igreja aprende, no diálogo com as situações em contínua mudança, o que faz com que o Pensamento Social da Igreja, além de dialógico, seja também evolutivo. João Paulo II, na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, depois de afirmar a presença de elementos “permanentes”, afirma que é também portador de outros “contingentes”, “dado estar submetido às necessárias e oportunas adaptações sugeridas pela variação das condições históricas, assim como pelo constante fluxo dos acontecimentos em que se move a vida dos homens e das sociedades” (SRS 3). Com relação à ecologia, o caráter evolutivo do Pensamento Social da Igreja fica explícito, a começar pela própria concepção, por exemplo, que vai da “ecologia ambiental” até à “ecologia integral”, o coração da proposta de compromisso dos cristãos neste campo da *Laudato Si'*.

A razão da intervenção da Igreja no campo social não é de ordem ideológica, mas deriva da missão recebida de Jesus Cristo. Como a Igreja é mediação da salvação da pessoa inteira e de todas as pessoas, a mensagem revelada incide também sobre

a vida econômica, política, social, cultural e a ecologia. A inserção dos cristãos no social, pois, não deriva de uma competência técnica, mas sim de uma urgência evangélica. Lembra Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi* que “não é possível aceitar que a obra de evangelização possa ou deva esquecer as questões extremamente graves que dizem respeito à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e a paz no mundo. Se isso ocorresse, seria ignorar a doutrina do Evangelho a respeito do amor ao próximo, que sofre ou padece necessidade” (EN 31). João Paulo II, na *Sollicitudo Rei Socialis*, afirma: “quando a Igreja se ocupa do desenvolvimento dos povos, não pode ser acusada de ultrapassar seu campo específico de competência e, muito menos, o mandamento recebido do Senhor” (SRS 8). No imediato pós-concílio, o Sínodo dos Bispos de 1971 sobre a Justiça, já afirmava: “a ação em favor da justiça e a participação na transformação do mundo se apresenta a nós como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho”.

O Pensamento Social da Igreja, com a *Laudato Si'*, foi enriquecido em seus princípios de reflexão, com a introdução da ecologia, não como um tema, mas como uma ótica, uma questão transversal que perpassa os demais campos de ação, conformando um conjunto de referenciais obrigatórios, sempre que se vai pensar o compromisso dos cristãos com o social. Pelo menos oito princípios historicamente estão presentes no Pensamento Social da Igreja, agora enriquecidos por um nono – a ecologia ou o cuidado da casa comum. São eles:

- 1º a pessoa humana é necessariamente fundamento, causa e fim de todas as instituições sociais (MM 219);
- 2º a pessoa humana, pelo fato de haver sido criada à imagem e semelhança de Deus e elevada a um fim sobrenatural transcendente, tem uma dignidade inviolável,

- sempre um fim e nunca um meio, para nada e para ninguém (*PT 9-10*);
- 3º todo ser humano, por ser pessoa, tem direitos fundamentais que emanam de sua própria natureza, e que são universais, invioláveis e inalienáveis, e, decorrentes destes direitos, todo ser humano tem também deveres fundamentais (*PT 9*);
 - 4º a pessoa humana, pela sua própria natureza, tem absoluta necessidade de vida social (*GS 25*), pois todos e cada um necessitam dos demais e da sociedade;
 - 5º o bem comum deve ser considerado como a própria razão de existir dos poderes públicos (*PT 54*);
 - 6º a solidariedade e a subsidiariedade são dois princípios que devem regular a vida social (*QA 79*);
 - 7º a participação justa, proporcionada e responsável de todos os membros e setores da sociedade no desenvolvimento da vida social é o caminho seguro para conseguir uma melhor convivência humana;
 - 8º todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos fundamentais, por isso, toda forma de discriminação da pessoa, seja social ou cultural, por motivos de sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião, deve ser eliminada, por ser contrária ao plano divino, que quer que todos se relacionem fraternalmente uns com os outros (*GS 29*);
 - 9º há um destino universal dos bens, pois Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para uso de todas as pessoas e povos, e, por isso, o direito de propriedade privada, em si legítimo, não deve ser estendido como algo absoluto e intocável, mas sempre como algo subordinado ao direito do uso comum (*LE 14*).

A estrutura deste livro

O objetivo deste livro é contribuir para uma melhor compreensão da Encíclica *Laudato Si'*. Para isso, propõe-se um itinerário de reflexão, em cinco pequenos capítulos.

No primeiro capítulo, situa-se a Encíclica do Papa Francisco no conjunto dos documentos do magistério social pontifício, que compõem o Pensamento Social da Igreja, desde a publicação da *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII, em 1891. Procura-se mostrar a inter-relação entre fé cristã e compromisso social, de onde deriva o Pensamento Social da Igreja, que tem uma fase pré-conciliar e outra conciliar, esta última com uma perspectiva distinta.

No segundo capítulo, situa-se a questão da ecologia no Pensamento Social da Igreja, mostrando a evolução histórica do conceito nas diferentes Encíclicas sociais que foram sendo publicadas ao longo de mais de um século. A questão ecológica nunca esteve ausente, mas foi sendo entendida de modo mais abrangente, na medida em que os problemas foram se apresentando. Até chegar ao conceito de “ecologia integral” do Papa Francisco, a compreensão passou por uma ecologia “criacional”, “ambiental” e “humana”.

O terceiro capítulo apresenta a ecologia como uma nova “chave de leitura” do Pensamento Social da Igreja, que se soma pelo menos a outras quatro, que servem de parâmetro para uma abordagem global deste patrimônio histórico do magistério social. Mostra-se que a ecologia na *Laudato Si'* não é apenas um tema, mas uma ótica, da qual se lê a globalidade das diretrizes de compromisso dos cristãos com o social, que agora precisa ter igualmente presente o “cuidado da casa comum”.

No quarto capítulo, propõe-se uma leitura global da *Laudato Si'*, a partir de quatro chaves de leitura, colocadas em relevo pelo Papa Francisco na estrutura do texto, que segue a trilogia do método “ver-julgar-agir”, acrescido do momento de “celebrar”. Na Encíclica, o método não apenas dá forma ao texto. Na medida em que o método também é mensagem, a Encíclica parte do imperativo cristão de ouvir “o grito da terra, gritos dos pobres”, que nos remete ao “Evangelho da Criação”, que mostra os limites do antropocentrismo moderno e da tecnocracia e que, por sua vez, nos desafia a promover uma “ecologia integral”, que tenha numa “espiritualidade ecológica”, a mística necessária para criar um novo estilo de vida, austero e sóbrio.

E para finalizar, o quinto capítulo apresenta um “resumo sintético” da Encíclica, nas palavras do próprio texto, elegendo o principal e o central da abordagem do Papa, o que não dispensa uma leitura e estudo da *Laudato Si'*, em sua totalidade.

Laudato Si' e magistério social da Igreja

A Encíclica *Laudato Si'* se insere dentro da longa tradição do magistério social da Igreja, que, no âmbito pontifício, começou com a *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII, em 1891. Dentre as onze Encíclicas sociais publicadas pelo magistério pontifício, a *Laudato Si'* é a primeira dedicada integralmente à questão da ecologia. A problemática estava presente nas Encíclicas anteriores, especialmente naquelas publicadas pelos papas João Paulo II e Bento XVI, mas a Encíclica do Papa Francisco é um marco no Pensamento Social da Igreja. É verdade que ela chega tarde, mas o atraso é compensado por sua qualidade e profetismo. A Igreja, historicamente acusada de ter escassa sensibilidade ecológica, precisava fazer da ecologia um tema transversal do compromisso dos cristãos no mundo. A natureza é criatura do Criador, confiada ao ser humano, sua criatura cocriadora, para “cuidá-la” e “cultivá-la”, segundo mandato recebido e plasmado no livro do Gênesis.

Para melhor compreender o significado e o alcance da Encíclica *Laudato Si'*, convém começar por situá-la em relação à fé cristã e no conjunto do magistério social da Igreja, em especial do magistério social pontifício. *Laudato Si'* não é uma simples “encíclica verde”, limitada ao meio ambiente, e muito menos fundada em motivações “ecologicistas” ou “naturistas”. Advoga por uma “ecologia integral”, respaldada pela fé cristã, que tem na mensagem revelada seu fundamento e horizonte. Além disso, embora seja a primeira encíclica social dedicada ao tema da ecologia, está na linha de continuidade

da contribuição da Igreja para o compromisso social dos cristãos, também neste campo.

1. Ecologia, fé cristã e compromisso social

Há uma relação intrínseca entre ecologia, fé cristã e compromisso social dos cristãos. Embora uma ação pastoral devotada ao “cuidado da casa comum” seja uma realidade recente, a responsabilidade para com ecologia é um imperativo que deriva da própria fé cristã, que tem seus fundamentos na mensagem revelada. Ecologia tem a ver com evangelização, com missão da Igreja, com o serviço dos cristãos ao mundo; em resumo, ecologia tem a ver com salvação. Salvação não só do planeta, mas da própria humanidade. E não só salvação do ponto de vista das condições materiais da vida, mas da vida humana como um todo, também espiritual, pois o cuidado da “casa comum”, mandato recebido do Criador, integra a vocação humana como um todo.

Não dá para falar de compromisso social dos cristãos sem incluir a ecologia, pois é impossível falar de fé cristã sem o engajamento dos fiéis na sociedade, no cuidado, defesa e promoção da vida, de toda espécie de vida, em especial dos seres humanos, criados à “imagem e semelhança” do Criador.

O compromisso social na Igreja primitiva e antiga

A relação entre fé cristã e compromisso social é intrínseca à revelação bíblica. No Antigo Testamento, em especial os profetas são expressão da voz de Deus em defesa da dignidade humana e da obra da Criação. No Novo Testamento, ninguém melhor do que Jesus se fez solidário com os pobres e os excluídos, assim como chamou a atenção ao cuidado que o Pai devota a todas as suas criaturas. Na Igreja nascente, a atenção

aos necessitados e a prática da partilha é uma normativa registrada, sobretudo, no Atos dos Apóstolos.

No período patrístico, para os Santos Padres, existe uma relação intrínseca entre Evangelho e compromisso cristão com os pobres. A Palavra de Deus é caminho para os pobres e, portanto, referencial e imperativo do engajamento social em prol de uma sociedade fraterna. É da Palavra de Deus que deriva o sentido social da justiça, do amor e do respeito ao outro, em sua dignidade e valores, sublinhando a igualdade fundamental de todos. Daí decorre o dever do pastor em apascentar preferencialmente os pobres. É ele, em primeiro lugar, que, vivendo junto ao povo, deve partilhar suas dificuldades, suas alegrias e sofrimentos.

É notável a preocupação dos Padres pelos pobres na Igreja. À luz das exigências da fraternidade, a comunidade eclesial deve se colocar na “defesa dos pobres”. São João Crisóstomo exorta os fiéis para que “se convençam de que a maior honra está em assemelhar-se aos pobres, compartilhando suas próprias tribulações” (Sermão sobre 1 Cor 16,1-4). O *Pastor de Hermas* louva os bispos que “fizeram de seu ministério um refúgio perpétuo para os pobres e as viúvas” (*Sim IX*, 27). São Policarpo convida os presbíteros a ser caritativos e misericordiosos para com todos: “visitem os enfermos, não descuidem as viúvas, ao órfão e ao pobre; sejam sempre solícitos em fazer o bem diante de Deus e diante dos homens” (*Aux Philipiens*, VI, 1). São Basílio é incisivo ao falar da obrigação dos ricos para com os pobres: “quem despoja um homem de sua roupa é um ladrão. Quem não veste o indigente, podendo fazê-lo, merecerá outro nome? O pão que guardas em tua despensa pertence ao faminto, assim como pertence ao despido o abrigo que escondes em teu armário. O sapato que mofa em tuas gavetas pertence ao descalço. Ao miserável pertence o dinheiro que escondes”

(*Homilia 6. Contra a Riqueza, 7*). São Jerônimo recrimina os ricos que, apesar da angústia presente em toda parte, esbanjam seu dinheiro, totalmente esquecidos dos pobres (*Epístola 130, 5*). Nesse sentido, Santo Ambrósio condena o excesso de álcool nas tabernas e banquetes, a comilança e a busca desenfreada de alimentos custosos. A fim de evitar o pagamento de impostos, não faltará quem prefira o concubinato ao casamento.

Em relação à terra, os Santos Padres, sensíveis às exigências da Mensagem revelada, proclamam que ela deve ser usufruída em comum, por todos. O egoísmo, fruto do pecado, quebra esta harmonia e cria tensões e violência. Escreve São João Crisóstomo: “Deus não fez a uns ricos e a outros pobres. Deu a mesma terra a todos. As palavras ‘meu’ e ‘teu’ são motivo e causa de discórdia. A comunhão de bens é uma forma de existência mais adequada à natureza, do que a propriedade privada” (*Epístola I ad Tm XII, 4*).

A razão e a finalidade, tanto da solidariedade ao modo de vida austera do pobre quanto a ação em favor dele, é a fraternidade, compreendida dentro da dinâmica do amor. Santo Inácio de Antioquia vislumbra a Igreja como uma fraternidade, na qual, em seu seio, os cristãos serão pessoas que se amam, que se sentem solidárias, comungando na unidade e na ajuda mútua.

O compromisso social à luz do Vaticano II

O Concílio, em sua “volta às fontes” bíblicas e patrísticas, não só reforçou os laços entre fé cristã e compromisso social, como abriu horizontes mais amplos para o engajamento dos cristãos na sociedade. A renovação conciliar redefine a relação Igreja-Mundo. Afirma o Vaticano II que, embora a Igreja não seja deste mundo, ela está no mundo e existe para a salvação do mundo, para ser nele sinal e instrumento do Reino de Deus,

que é sua meta. Não é o mundo que está na Igreja, mas é a Igreja que está no mundo. O mundo é constitutivo da Igreja. O eclesiocentrismo pré-conciliar, além de eclipsar o Reino de Deus, não respeitava a autonomia do temporal, redundando numa Igreja absorvedora em lugar de servidora do mundo. Evangelizar consistia em sair para fora da Igreja, a fim de trazer pessoas para dentro dela, pois *extra ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação).

O Concílio Vaticano II autocompreendeu a Igreja e sua missão na indissociabilidade do trinômio Igreja-Reino-Mundo. Não há Igreja sem Reino e sua missão é ser sacramento deste Reino no mundo, descentrando-a de si mesma. Diz textualmente o Concílio: "... a Igreja, enriquecida com os dons de seu fundador, observando fielmente seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em meio a todas as pessoas, e constitui na terra o gérmen e o princípio deste Reino" (LG 5,2).

Na perspectiva conciliar, o Reino de Deus não acontece somente na Igreja, enquanto comunidade dos redimidos, socialmente constituída. Como também não acontece somente na interioridade secreta da consciência, na meta-histórica subjetividade religiosa, mas se produz na concretude da realização do amor ao próximo, apesar da ambiguidade da história, em suas objetivações empiricamente perceptíveis. Consequentemente, a missão da Igreja, de fazer acontecer o Reino de Deus, se dá no mundo e para o mundo.

A interação Igreja-Reino-Mundo, entretanto, se dá numa relação de tensão, marcada por uma distância da Igreja ante ao mundo e, ao mesmo tempo, de inserção nele. Só quando a Igreja assume uma distância do mundo enquanto mundanidade e,

ao mesmo tempo, adere a ele, torna-se sacramento de salvação do mundo. A distância do mundo é legítima, na medida em que o Reino de Deus não se identifica simplesmente com o desenvolvimento autônomo da realidade mundana, o que equivaleria a absolutizar o mundo. Entretanto, esta distância não pode ser completa, pois o Reino de Deus, nossa salvação, tem uma dimensão imanente, intra-histórica. Ele começa acontecendo no “já” da história.

Assim sendo, a distinção e tensão entre Igreja e mundo, mediados pelo Reino de Deus, impede toda tentativa de controle da sociedade por parte da Igreja. A Igreja não está fora e muito menos acima da sociedade civil, ao contrário, forma parte dela e está chamada a inserir-se em seu seio, numa atitude de serviço. Sua missão é ser fermento na massa, através da ação capilar dos cristãos, enquanto cidadãos, procurando colaborar com todas as pessoas de boa vontade, na realização histórica de uma sociedade perpassada pelos valores do Evangelho, que são autênticos valores humanos. É através da inserção ativa dos cristãos, como cidadãos, que se garante a presença construtiva da Igreja, em favor de uma sociedade justa e fraterna para todos. Trata-se, portanto, de uma presença plural, segundo as mediações históricas possíveis e compatíveis com o Evangelho, peregrinando com toda a humanidade, segundo os desígnios do plano amoroso de Deus.

O compromisso social na tradição libertadora latino-americana

O Vaticano II conclamou a Igreja inserir-se no mundo, no coração da história, no seio da sociedade (LG 50, GS 40). Entretanto, a Igreja na América Latina se perguntará: inserir-se no mundo, mas dentro de que mundo? Do mundo da minoria dos incluídos ou da maioria dos excluídos? Do mundo dos 20% da população que detém 80% dos recursos do planeta ou do

mundo dos 80% de excluídos que vegetam com os 20% dos recursos sobrantes? Uma ação pastoral de encarnação, enquanto assumir para redimir, é sempre sinal de contradição diante de toda e qualquer situação de injustiça e exclusão. Assim, para a Igreja na América Latina, juntamente com o Vaticano II que optou pelo ser humano como caminho da Igreja, dada a situação de exclusão de grandes contingentes da população do continente, situação escandalosa aos olhos da fé por causa da predileção de Deus pelos excluídos, é preciso optar antes pelos pobres (*Med* 14,9). Eles estão numa situação de “não homem”, profanados em sua dignidade de filhos criados à imagem e semelhança de Deus. A Igreja na América Latina, na medida em que foi sendo companheira de caminho dos últimos e esquecidos, foi tomando consciência de que a opção pelos pobres é o fio de ouro que tece as Escrituras do Gênesis ao Apocalipse.

Optar pelos pobres, entretanto, significa fazer do excluído não um objeto de caridade, mas sujeito de sua própria libertação, ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo (*Med* 14,10). O assistencialismo é um anestésico para a consciência dos incluídos; já fazer dos pobres sujeitos de uma sociedade inclusiva de todos é delatar o cinismo dos satisfeitos. É nesse sentido que a evangelização passa pela conscientização, pela denúncia profética, pela formação política, pela reivindicação de políticas públicas de inclusão, pela parceria com o poder público, organizações populares, enfim, pelo enfretamento das estruturas de exclusão e das poderosas forças que as sustentam.

Em consequência, na fé cristã, a opção pelo sujeito social – o pobre – implica igualmente a opção pelo seu lugar social. A evangelização, enquanto anúncio encarnado, precisa do suporte de uma Igreja sinal, compartilhando a vida dos pobres (*Med* 14,15) e sendo uma presença profética e transformadora (*Med* 7,13). Não basta uma Igreja dos pobres. Faz-se necessário

o testemunho de uma Igreja pobre, pois a instituição também é mensagem, o modo como moramos é mensagem, as estruturas são mensagem, porquanto afetam o caráter de sacramento da Igreja, de sinal visível do Reino no mundo.

Para *Medellín*, a missão evangelizadora num continente marcado pela exclusão implica a denúncia de toda injustiça e da opressão, constituindo-se num sinal de contradição para os opressores (*Med* 14,10). A *diakonía* histórica da Igreja, enquanto serviço profético, diante de grandes interesses de grupos, pode redundar em perseguição e martírio, consequência da fidelidade à opção pelos pobres. O testemunho dos mártires das causas sociais é a mais viva expressão da vivência da fé cristã na fidelidade à opção pelos pobres, em uma sociedade injusta e excludente. *Aparecida* falará deles como nossos santos e santas, ainda não canonizados (*DAp* 98).

2. A *Laudato Si'* no itinerário do magistério social pontifício

Para uma melhor compreensão da Encíclica *Laudato Si'*, é importante situá-la no conjunto das encíclicas do magistério social pontifício, uma vez que há uma evolução interna no Pensamento Social da Igreja, também com relação à abordagem da questão da ecologia. O patrimônio histórico do magistério social tem mais de 100 anos e, no que diz respeito ao magistério pontifício, este patrimônio é composto de onze encíclicas sociais, que vão do Papa Leão XIII ao Papa Francisco, a saber:

- *Rerum Novarum* – Leão XIII (1891);
- *Quadragesimo Anno* – Pio XI (1931);
- *Mater et Magistra* – João XXIII (1961);

- *Pacem in Terris* – João XXIII (1963);
- *Populorum Progressio* – Paulo VI (1967);
- *Octogésima Adveniens* – Paulo VI (1971);
- *Laborem Exercens* – João Paulo II (1981);
- *Sollicitudo Rei Socialis* – João Paulo II (1987);
- *Centesimus Annus* – João Paulo II (1991);
- *Caritas in Veritate* – Bento XVI (2009);
- *Laudato Si'* – Francisco (2015).

As onze Encíclicas se inserem num itinerário histórico, no qual a Igreja foi acompanhando a evolução dos tempos e ampliando sua compreensão, tanto da realidade social como das implicações da mensagem revelada nos diferentes contextos. Como quase em tudo na Igreja, também com relação ao Pensamento Social, podemos falar de um “antes” e um “depois” do Concílio Vaticano II. É muito diferente a Igreja antes e depois da renovação conciliar. Com relação ao magistério social da Igreja, não poderia ser diferente.

Tomando o Vaticano II como referencial para a compreensão do itinerário do Pensamento Social da Igreja, temos duas Encíclicas publicadas no período pré-conciliar – a *Rerum Novarum* – Leão XIII (1891) e a *Quadragesimo Anno* – Pio XI (1931); duas Encíclicas publicadas no contexto do processo de realização do Concílio – a *Mater et Magistra* – (1961) e a *Pacem in Terris* – (1963), ambas do Papa João XXIII; as demais sete Encíclicas foram publicadas no período pós-conciliar, que vão da *Populorum Progressio* – Paulo VI (1967) à *Laudato Si'* – Francisco (2015).

O Pensamento Social da Igreja antes do Vaticano II

Como dissemos, antes do Vaticano II temos duas encíclicas sociais – a *Rerum Novarum* – Leão XIII (1891) e a *Quadragesimo*

Anno – Pio XI (1931). A primeira inaugura o magistério social pontifício. É verdade que a Igreja sempre esteve engajada na promoção da justiça e no serviço aos pobres, desde a Igreja primitiva, passando pela era patrística, a Idade Média e na era moderna com o movimento do Catolicismo Social. Mas é a *Rerum Novarum* que marca o início de pronunciamentos do magistério, que conformam um corpo sistemático de princípios de discernimento da realidade social, de critérios de juízo sobre a situação à luz da Mensagem revelada e de diretrizes de ação para o compromisso dos cristãos na sociedade. Quarenta anos depois, por ocasião da ascensão dos totalitarismos, que desembocariam no nazismo e no fascismo, Pio XII publicaria a *Quadragesimo Anno* (1931).

Os fatores que levaram o magistério pontifício a tomar posição tão relevante em matéria social foram basicamente dois. Por um lado, está a revolução industrial e o surgimento do proletariado. Nos países que haviam entrado na era da industrialização (Europa e, em parte, EE.UU.), a ideologia liberal capitalista e a economia de mercado tinham provocado a exploração e o empobrecimento de grandes massas da população, obrigadas a deixar o campo em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos. Com isso, o massivo êxodo rural pôs à disposição do capital industrial uma tal abundância de mão de obra que permitia sua utilização em condições cada vez mais infra-humanas. Os salários e as condições de trabalho eram degradantes, enquanto o ritmo de produção e de acumulação de capital dispararam. Há um extraordinário crescimento econômico, provocando uma verdadeira revolução econômica, mas nas mãos da burguesia, à custa da miséria e da marginalização da grande maioria da classe operária nascente.

Um segundo fator que levou o magistério pontifício a intervir na chamada “questão social” foi a perspectiva de uma ação

mais social do que política por parte da Igreja. O novo modelo político nascido da Revolução Francesa é tão abominável para os católicos do século XIX que é impensável qualquer colaboração ou compromisso com o novo regime. Vê-se, então, como única solução, manter-se à margem dele e fazer o possível para anular o “equívoco” da Revolução. Para os católicos em geral, o novo modelo político é inaceitável, uma vez que se julga fundado num conceito errôneo de autoridade e numa tolerância desmedida ante o pluralismo ideológico. Em nome destes princípios, segundo a hierarquia central da Igreja na época, tinham sido usurpados os direitos tradicionais da Igreja e do papado (leia-se a confiscação dos Estados Pontifícios). A alternativa de ação está, então, no campo social. Julga-se que a ordem social herdada da sociedade antiga ainda não tinha sido totalmente derrubada e, apesar da deterioração progressiva da sociedade, ainda seria possível salvá-la. Os católicos creem que os princípios cristãos são capazes de devolver à sociedade a paz perdida e de dar uma nova estabilidade à ordem social, gravemente ameaçada pelos embates entre capitalistas e socialistas.

Ante isso, como os não católicos respondiam a esta situação? Todo o século XIX esteve agitado por movimentos sociais, que tentaram neutralizar os efeitos nefastos do capitalismo ou substituí-lo por outro sistema. Três tendências se destacam: *o Socialismo utópico*, com Saint Simon, Fourier e Proudhon, que propunha os ideais socialistas, alternativos ao capitalismo, mas sem os meios de levá-los à prática; *o Sindicalismo*, movimento de associação dos operários nascido na Inglaterra no início de século XIX, que, obtendo reconhecimento jurídico, passou a regular contratos de trabalho, direito de greve etc.; e *o Socialismo científico*, movimento revolucionário na linha de Marx e Engels que prega a união do proletariado para fazer a revolução pela instauração do fim da propriedade privada e pela